

Aposta de Risco

O balanço dos progressos econômicos em 96, dos quais os mais eloquentes foram a redução da inflação à casa de um dígito, pela primeira vez em 40 anos, e a ampliação da capacidade de consumo das classes C e D; devido à recomposição do crédito direto ao consumidor, não esconde o que foi mal: as contas públicas continuam deficitárias.

O próprio presidente da República, ao fazer, perante o Ministério, o que considerou o balanço positivo de 96, admitiu que o ponto negativo foi o déficit público, por falta das reformas administrativa e previdenciária empacadas no Congresso. Poderia ter acrescentado que a lentidão da privatização e a falta de proposta consistente de reforma tributária (iniciativas do governo) impediram progressos no ajuste fiscal — que exige austeridade da União, dos estados e dos municípios.

Em entrevista ao **JORNAL DO BRASIL**, o ministro do Planejamento, Antônio Kandir, esmiuçou com objetividade os pontos nebulosos que continuam inquietando os agentes econômicos em relação às perspectivas do Brasil para 97. Sobretudo agora que os números do déficit público apontam índice de 3,98% do Produto Interno Bruto até outubro, projetando para 96 pouca melhora em relação ao déficit de 5% em 95. Kandir não conseguiu esconder a frustração pelo ritmo das reformas.

Há oito meses fora do Congresso, o ministro se mostrou mais desembaraçado ao tratar do cenário externo. Ao adiantar que a demora na redução do déficit na balança comercial — devido à necessidade de novo perfil exportador para o Brasil — não será

problema, pois o país deverá captar um mínimo de US\$ 10 bilhões em investimentos diretos, incluindo a privatização da Vale, Kandir insinua que o governo não prevê tão cedo o ajuste fiscal, para dar maior liberdade à política cambial.

Ficou subentendido na entrevista que o governo continua a optar por uma estratégia de risco em 97. A verdade é esta: o governo aposta que o investimento estrangeiro terá volume suficiente para cobrir — como este ano, quando as reservas aumentaram em US\$ 10 bilhões — os déficits do balanço de pagamentos em conta corrente (balança comercial e de serviços). E para permitir que a atual política cambial, que inibe as exportações e facilita as importações, seja esticada mais um ano, enquanto o ajuste fiscal não se completa.

A ordem dos fatores deveria ser outra, passando as reformas à frente até da reeleição, que deve ser entendida como parte de uma reforma política abrangendo partidos, sistema eleitoral, representação política e voto facultativo.

Pelo menos é o que recomendam os países europeus. Pressionados pelos rígidos parâmetros de austeridade fiscal e monetária para a adoção da moeda única em 98, eles sinalizam que um déficit fiscal superior a 3% do Produto Interno Bruto é um índice negativo (o do Brasil está em 4% do PIB). Não deixa de ser uma aposta de risco confiar no capital externo para cobrir os déficits em conta corrente e o déficit fiscal. A receita mexicana exige juros altos que realimentam o próprio déficit e inibem o crescimento da economia.